

## O PRIMEIRO ESCALÃO DO MINC

Pedro de Cillo Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** O intuito do trabalho é desenvolver uma análise prévia sobre as trajetórias sociais dos sujeitos que ocuparam o cargo de Ministro da Cultura no Brasil entre 1985 e 2019, construindo espaços de reflexão sobre as relações estabelecidas entre as tomadas de posição e inserções sociais desses agentes. Cabe se perguntar quais são os condicionantes sociais que tornam um indivíduo Ministro da Cultura.

**Palavras-chave:** Ministério da Cultura, políticas culturais, sociologia da cultura.

No Brasil, os vínculos existentes entre Estado e Cultura são antigos, embora sejam relativamente recentes o processo de institucionalização e a preocupação com a cultura como um objeto de políticas públicas (CALABRE, 2006). Ainda que existam alguns estudos anteriores, por exemplo, a coletânea de textos reunida na publicação Estado e Cultura no Brasil (1984) organizada por Sérgio Miceli, o campo de estudos das políticas culturais carece de maior sistematização e o seu processo de expansão foi iniciado somente a partir dos anos 2000 (RUBIM, 2007). O que se observa a partir de uma análise prévia dessa literatura é que predominam nesta área trabalhos científicos que se debruçam sobre a análise de políticas culturais específicas ou que tratem de momentos particulares dessa história, com pouca atenção dada para estudos com cunho mais teórico e conceitual (RUBIM, 2007)<sup>2</sup>.

Da mesma forma, são poucos os estudos que focalizam na investigação das trajetórias dos agentes que participam do processo de modelagem dessas políticas culturais<sup>3</sup>. Aqui, a pesquisa destaca os itinerários dos Ministros da Cultura do Brasil como objeto de estudo. Parte-se do entendimento de que a compreensão de quem foram esses atores pode contribuir para o estudo das políticas culturais, desvelando os reais significados de suas tomadas de posição a partir da análise de suas inserções sociais específicas. Ao mesmo tempo, o intuito é olhar para os documentos produzidos,

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: pedro.rodrigues@usp.br

<sup>2</sup> O exame bibliográfico prévio de estudos recentes corroboram os apontamentos feitos por Rubim, visto que focalizam no estudo de políticas culturais específicas ou análises de momentos da história dessas políticas. Cito, por exemplo, alguns dos números recentes da Coleção Cult que foram dedicadas à temáticas relacionadas ao financiamento à cultura no Brasil e às políticas culturais do governo Dilma.

<sup>3</sup> Recentemente, Barbalho (2014; 2017) tem produzido trabalhos que abordam alguns aspectos sobre as trajetórias dos agentes que compunham os quadros do órgão, trazendo a tona também algumas de suas tomadas de posição.

realizações e políticas implementadas em suas gestões no ministério tendo como referência também as posições de onde eles falam.

Nesse sentido, é possível indicar alguns aspectos da moldura teórica proposta por Bourdieu em seus trabalhos como recursos analíticos que podem contribuir para o estudo das políticas culturais. Conforme sugere Bourdieu, o espaço social se organiza pela *diferença*, ou seja, os seres, sejam indivíduos ou grupos, existem e subsistem, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações. Tais posições envolvem divisões e distinções que são retraduzidas no espaço físico, já que o mesmo se constitui pelo arranjo desses agentes e as suas propriedades. As diversas formas de capital (cultural, social, econômico, simbólico, entre outras) seriam os recursos úteis na determinação e na reprodução das posições sociais. Sendo assim, é a posição que o agente ocupa no espaço que ajuda a definir as suas possibilidades e as suas impossibilidades, na medida em que se configura como um espaço de jogo, dotado de relações objetivas entre indivíduos e instituições que competem pelos mesmos objetos (BOURDIEU, 1983, p.155). Esse sentido de jogo orienta-se para a lógica de concorrência e dominação, ou seja, a desigual distribuição e diferente mobilização dos capitais pelos agentes vai posicioná-los no espaço social: o agente pode ocupar uma posição favorecida no campo (a estrutura age em seu favor) ou uma posição desfavorecida (a estrutura não age em seu favor).

A cultura como objeto de política pública em nenhum momento da história foi considerada prioridade pelo Estado brasileiro. Qualquer que fosse o alinhamento ideológico dos grupos dirigentes, os investimentos sempre foram relativamente baixos. Em linhas gerais, no período anterior aos anos 1930, não ocorreu nenhuma ação efetiva do Estado para a promoção ou planejamento das atividades culturais do país, ficando nas mãos de alguns mecenas (família real ou famílias ricas) a maior parte dos investimentos em atividades culturais (QUEIROZ, 2014). No período subsequente, o então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema (1934-1945) teceu relações muito bem-sucedidas com alguns intelectuais e artistas modernistas e juntos conceberam a política cultural do Estado Novo (ARRUDA, 2003). Entre as principais iniciativas da gestão Capanema, destaca-se a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, 1937), idealizado por Mário de Andrade. Desde então, o campo da preservação do patrimônio material tornou-se uma área de atuação prioritária do governo, sendo avaliada

como a política cultural mais bem-sucedida na área pública do país (MICELI, 1984). Na verdade, o patrimônio é o único setor da área cultural que sempre recebeu investimentos contínuos, provavelmente, por conta da necessidade de resguardar os bens materiais, chamados de “pedra e cal”, que, em geral, exigem maiores dispêndios de recursos para a sua preservação.

Em 1953, ocorre nova reorganização do setor cultural com as suas atividades sendo transferidas para o recém-criado Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esse período democrático (1945-1964) ficou marcado por um relativo esvaziamento dos investimentos públicos na área cultural (CALABRE, 2005). No entanto, essa aparente retração de gastos governamentais não implicou em estagnação da área cultural, com o surgimento de diversas iniciativas artísticas, como o cinema novo. O período que se seguiu foi de cunho fortemente autoritário, iniciado com golpe militar de 1964 e estendeu-se até meados de 1980, com o início do processo de abertura e de redemocratização. Foi um momento de iniciativas inovadoras na área cultural, com a criação do Plano de Ação Cultural (PAC, 1973), do Plano Nacional de Cultura (PNC, 1975), da Embrafilme (1969) e de instituições que tiveram grande atuação na área cultural, como a Fundação Nacional das Artes (Funarte, 1975) (CALABRE, 2007; RUBIM, 2008, BOTELHO, 2001).

Em 1979, Magalhães assumiu a direção do então chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e iniciou um projeto de modernização do órgão. Na condição de novo diretor da organização, Magalhães dizia que as políticas culturais deveriam dar conta da diversidade cultural brasileira e de suas produções populares, ampliando a visão de patrimônio (RIBEIRO, 2005). Em pouco tempo, ele conseguiu o apoio necessário para a estruturação, no interior do MEC, da Secretaria da Cultura, instituição que seria responsável pelo direcionamento da política cultural oficial, e tornou-se o seu dirigente. Dessa forma, aquele que foi o seu principal proponente passa a dirigir o órgão recém-criado em 1981.

Tais iniciativas prepararam o contexto de discussões sobre as possibilidades de implantação de um Ministério da Cultura no Brasil. Tal processo se dá em meio ao fim do regime militar e início da redemocratização com a restauração do sistema multipartidário, elaboração de nova constituição e expectativas para as primeiras eleições diretas para presidente desde 1960. Nesse cenário, o surgimento do Minc foi conturbado,

com diversos intelectuais, artistas e políticos, argumentando em favor ou contra a sua criação. Entre os que preferiam a manutenção de uma secretaria, estava o próprio Aloisio Magalhães, ex-secretário da Cultura (MACHADO, 1984). Na direção oposta, figurava o deputado federal José Aparecido da Oliveira, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Oliveira foi um grande entusiasta da formação do ministério, tendo o aval de Tancredo Neves<sup>4</sup> e de diversos artistas e políticos. De acordo com Oliveira, o C era uma letra morta na sigla do MEC, o que estava em desacordo com a importância da área cultural, duramente reprimida durante a ditadura.

Por fim, o Minc foi criado em 15 de março de 1985 por meio do Decreto Federal nº 91.144 assinado pelo então presidente Sarney, dando a condução do ministério ao próprio político mineiro Oliveira que fora também Secretário de Cultura de Minas Gerais nos anos anteriores. Contudo, com a morte prematura de Tancredo Neves, a criação formal da pasta se deu em 1985 pelo então presidente José Sarney. O seu principal defensor, Oliveira, ficou pouco tempo na direção do Minc, pois foi convidado por Sarney para assumir o governo do Distrito Federal e, mesmo relutante, aceitou o convite dado que seu nome seria aceito pelos grupos tancredistas e juscelinistas (SANTOS, 2012). Sarney e Oliveira eram velhos conhecidos, foram figuras de destaque entre os "bossa novas" da União Democrática Nacional (UDN), um dos principais partidos do cenário político brasileiro entre 1945 e 1964, e foi Sarney quem ajudou Oliveira com seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 e ameaçado de prisão a sair de Brasília.

Durante o período em que existiu, entre 1985 e 2019, o Minc não administrou vultuosos recursos, da mesma forma como ocorreu em outras pastas governamentais dotadas historicamente de orçamentos maiores, por exemplo, a educação ou a saúde e nem de ser uma arena privilegiada para a tomada de decisões políticas e econômicas, tal como se deu nos Ministérios da Fazenda ou do Planejamento, principalmente, durante os governos de Lula e FHC. Assim, o interesse em ser Ministro da Cultura está na possibilidade de acesso à palavra oficial e, dessa forma, assumir a prerrogativa de poder reforçar determinadas visões sobre o mundo social, assim como tentar impor determinados esquemas de percepção e pensamento que possam prevalecer na

---

<sup>4</sup> Tancredo Neves foi eleito presidente de forma indireta, em 1985, mas não chegou a assumir o cargo, em razão de seu falecimento antes mesmo de sua posse.

organização da vida social (WACQUANT, 2007). Em certa medida, esse interesse pela definição dos sentidos de cultura é um dos elementos que explica a criação de órgãos governamentais interessados em controlar os sistemas de produção cultural e de difusão de informações, em diferentes momentos da história brasileira. Entre estes, ressalto o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) implementado durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o Serviço Nacional de Informação (SNI) criado no período da Ditadura Militar (1964-1985). Nesses dois momentos, a cultura foi vista como um elemento vital para a propaganda política dos diferentes governos: no Estado Novo houve o interesse em difundir determinadas noções de brasilidade e de nacionalidade conectadas com os rumos sociais e políticos pretendidos pelo governo varguista, simbolizadas, por exemplo, na definição do gênero musical do samba como um dos símbolos nacionais; e durante o regime militar, o governo atuou para acomodar as ideias de sincretismo e mestiçagem a partir das perspectivas autoritárias do Estado (ORTIZ, 2013).

Em razão desse cenário de incertezas, diversos agentes recusaram assumir o Minc após a saída de Oliveira. A atriz Fernanda Montenegro, por exemplo, ao ser convidada para assumir o Ministério da Cultura em 1985, recusa dizendo que “a cultura sempre foi vista no Brasil como uma perfumaria (MONTENEGRO apud AUGUSTO, 1985, p.29). Cenários semelhantes foram observados em outras oportunidades, com diversos agentes receosos em assumir o comando da pasta. Por outro lado, o acesso ao primeiro escalão do governo é almejado por diversos atores sociais, visto que, dependendo de como se travam essas lutas, há a possibilidade de reforçar determinadas visões sobre o mundo social. Tais concepções podem se manifestar nas estruturas objetivas do Estado a partir da promulgação de leis, composição de conselhos, criação de projetos e programas, definição da estrutura administrativa dos órgãos e distribuição dos recursos orçamentários.

Nesta comunicação, o olhar recai, inicialmente, para as trajetórias dos agentes que ocuparam o cargo de Ministro da Cultura entre 1985 e 2019, ou seja, o período anterior a substituição do órgão pela Secretaria Especial de Cultura (vinculada, atualmente, ao Ministério do Turismo ) como uma das medidas da reforma ministerial implementada pelo governo Bolsonaro. O intuito é tecer alguns comentários iniciais sobre a trajetória desse grupo formado pelos agentes que estiveram na direção do órgão por mais de três

meses entre 1985 e 2019. Por isso, foram excluídos da análise os ministros interinos Ana Cristina Wanzeler (2014) e João Batista Andrade (2017) que passaram rapidamente pelo cargo e não foram efetivados e Hugo Napoleão do Rego Neto (1988), Ministro da Educação que acumulou a pasta da Cultura por alguns meses em um dos períodos de vacância do cargo. Contudo, foram incluídos no escopo de análise, Ipojuca Pontes (1990-91) e Sérgio Paulo Rouanet (1991-92), secretários de cultura durante o governo do Presidente Fernando Collor (1990-92). Tal inclusão se deve ao fato de que a instituição era vinculada à Presidência da República, o que leva ao entendimento de que a área era considerada estratégica pelo governo e também por ser a instituição de responsável pela gestão da política cultural oficial naquele momento.

Os dados recolhidos sobre os agentes foram coletados em algumas fontes principais: os verbetes biográficos do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV); os currículos da Plataforma de currículos Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e os verbetes biográficos da Enciclopédia do Itaú Cultural. Tais materiais foram complementados com base nas leituras de biografias, memórias, correspondências, revistas, discursos oficiais, jornais, entrevistas, artigos escritos por esses agentes e registros audiovisuais de palestras, seminários e congressos. Tais dados foram organizados nas tabelas abaixo, reunindo informações sobre os perfis sociais, acadêmicos e profissionais dos ex-ministros ou secretários da cultura.

**Tabela 1 - Perfil Social dos Ministros/Secretários de cultura entre 1985 e 2018**

<b>Nome</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Profissão</b>	<b>Profissão do pai e da mãe</b>
<b>José Aparecido de Oliveira</b>	1929 - 2007, Conceição do Mato Dentro (Minas Gerais)	Político e Jornalista	<b>Araci Pedrelina de Lima:</b> diretora do grupo escolar Monsenhor Pinheiro (São João Evangelista Minas Gerais); <b>Modesto Justino de Oliveira:</b> empresário.
<b>Aluísio Pimenta</b>	1923 - 2016, Peçanha (Minas Gerais)	Químico Farmacêutico	<b>Reduzinda Braga Pimenta:</b> professora; <b>Rui Pimenta:</b> farmacêutico
<b>Celso Furtado</b>	1920 - 2004, Pombal (Paraíba)	Economista	<b>Maria Alice Monteiro Furtado:</b> ? <b>Maurício Medeiros Furtado:</b> advogado, juiz e desembargador
<b>Ipojuca Pontes</b>	1942, João Pessoa (Paraíba)	Cineasta e Jornalista	<b>Laís Holanda Pontes:</b> enfermeira; <b>João Pontes Barbosa:</b> soldado da força policial da Paraíba
<b>Sérgio Paulo Rouanet</b>	1934, Rio de Janeiro	Diplomata	<b>Hebe Cunha Rouanet:</b> ? <b>Paulo Luís Rouanet:</b> médico sanitário
<b>Antônio Houaiss</b>	1915 - 1999, Rio de Janeiro	Professor e Diplomata	<b>Malvina Farjalla Houaiss:</b> ? <b>Habib Assad Houaiss:</b> ?

Nome	Nascimento	Profissão	Profissão do pai e da mãe
<b>Jerônimo Moscardo</b>	1940, Fortaleza (Ceará)	Diplomata; Pecuarista e Fazendeiro em Goiás	<b>Iolanda Gurgel de Sousa: ? José Colombo de Sousa:</b> foi deputado federal pelo Ceará entre 1955-1960
<b>Luiz Roberto Nascimento Silva</b>	1952, Rio de Janeiro	Advogado	<b>Vilma de Carvalho Brito do Nascimento e Silva: ? Luís Gonzaga do Nascimento e Silva:</b> diplomata e político
<b>Francisco Weffort</b>	1937, Quatá (São Paulo)	Professor	<b>Maria Correia Weffort:</b> dona de casa; <b>Francisco Weffort:</b> pequeno comerciante
<b>Gilberto Gil</b>	1942, Salvador (Bahia)	Artista	<b>Claudina Passos:</b> professora primária. <b>José Gil Moreira:</b> médico, ligado ao Partido Social-Democrático (PSD)
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	1949, Salvador (Bahia)	Sociólogo e político	<b>Rosa Bastos Ferreira:</b> professora que nunca exerceu formalmente a profissão; <b>Ayrton Silva Ferreira:</b> engenheiro de construção de estradas
<b>Ana de Hollanda</b>	1948, São Paulo	Artista	<b>Maria Amélia Alvim:</b> pianista; <b>Sérgio Buarque de Hollanda:</b> historiador
<b>Marta Suplicy</b>	1945, São Paulo	Política, Psicanalista e Sexóloga	<b>Noêmia Smith de Vasconcelos:</b> dona de casa; <b>Luís Afonso Smith de Vasconcelos:</b> industrial
<b>Marcelo Calero</b>	1982, Rio de Janeiro	Diplomata e político	<b>Maria Teresa Calero Faria Garcia:</b> psicóloga; <b>Raul da Silva Garcia:</b> engenheiro
<b>Roberto Freire</b>	1942, Recife (Pernambuco)	Advogado	<b>Maria de Lourdes Pereira Freire:</b> dona de casa; <b>João de Figueiredo Freire:</b> funcionário de pequenas empresas privadas de Recife
<b>Sérgio Sá Leitão</b>	1967, Rio de Janeiro	Jornalista e Político	X

**Fonte:** Elaboração com base em: CNPq. Plataforma de currículos Lattes do CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Último acesso em: janeiro de 2021; Plataforma de dados online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Plataforma de dados online da Enciclopédia do Itaú Cultural. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Entrevistas realizadas pelo pesquisador.

**Tabela 2 - Perfil Acadêmico dos Ministros/Secretários de cultura entre 1985 e 2018**

Nome	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pos-Doutorado	Instituições Cient.
<b>José Aparecido de Oliveira</b>	X	X	X	X	X
<b>Aluísio Pimenta</b>	Química Farmacêutica (UMG)	X	<b>1950:</b> Química Orgânica e Biológica (UMG)	<b>1953-1954:</b> Instituto Superior de Saúde de Roma	Membro da SBPC; Academia Mineira de Letras
<b>Celso Furtado</b>	<b>1944:</b> Direito (UFRJ)	X	<b>1948:</b> Doutor em Economia (Sorbonne - L'économie coloniale brésilienne, orientada por Maurice Byé).	<b>1957:</b> Universidade de Cambridge, sendo fellow do King's College	<b>1997:</b> Academia Brasileira de Letras
<b>Hugo Napoleão do Rego Neto</b>	<b>1967:</b> Direito (PUC/RJ)	X	X	X	X
<b>Ipojuca Pontes</b>	Jornalismo	X	X	X	X

Nome	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pos-Doutorado	Instituições Cient.
<b>Sérgio Paulo Rouanet</b>	<b>1955:</b> Ciências Jurídicas e Sociais (PUC/RJ)	X	<b>1964:</b> Pós-Graduação em Economia (Universidade George Washington, Estados Unidos); <b>1964:</b> Pós-Graduação em Ciências Políticas (Georgetown University, Estados Unidos); <b>1964:</b> Pós-Graduação em Filosofia (New York School for Social Research, Estados Unidos); <b>1980:</b> Ciência Política (USP)	X	<b>1992:</b> Academia Brasileira de Letras
<b>Antônio Houaiss</b>	<b>1940:</b> Letras Clássicas (Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil); <b>1942:</b> Licenciatura em Letras Clássicas (Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil).	X	X	X	<b>1971:</b> Academia Brasileira de Letras
<b>Jerônimo Moscardo</b>	<b>1965:</b> Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade do Brasil)	X	<b>1970:</b> Ciência Política (Universidade de Columbia, Estados Unidos)	X	X
<b>Luiz Roberto Nascimento Silva</b>	<b>1978:</b> Direito (Faculdade Cândido Mendes /RJ)	<b>1978:</b> Direito Econômico (UFRJ)	X	X	X
<b>Francisco Weffort</b>	<b>1960:</b> Ciências Sociais (USP)	X	<b>1964-1968:</b> Ciência Política pela USP	X	X
<b>Gilberto Gil</b>	<b>1961-1964:</b> Administração de Empresas (UFBA).	X	X	X	X
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	<b>1979:</b> Sociologia (Sorbonne, França - aproveitamento de estudos feitos em outros países)	X	X	X	X
<b>Ana de Hollanda</b>	X	X	X	X	X
<b>Marta Suplicy</b>	<b>1975:</b> Psicologia (PUC/SP)	Psicologia (Universidade de Michigan, Estados Unidos)	X	X	X
<b>Marcelo Calero</b>	<b>2004:</b> Direito (UERJ)	<b>2019:</b> Ciência Política (IESP-UERJ).	X	X	X

Nome	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pos-Doutorado	Instituições Cient.
<b>Roberto Freire</b>	<b>1966:</b> Direito (UFPE)	X	X	X	X
<b>Sérgio Sá Leitão</b>	<b>1988:</b> Jornalismo (UFRJ)	X	X	X	X

**Fonte:** Elaboração com base em: CNPq. Plataforma de currículos Lattes do CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Último acesso em: janeiro de 2021; Plataforma de dados online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Plataforma de dados

Ao todo, são 16 agentes que compõem o grupo em análise, com reduzida participação de mulheres, visto que apenas Ana de Hollanda e Marta Suplicy ocuparam o cargo. Nesse período, o Ministério da Cultura se notabilizou por ser uma instituição com forte descontinuidade em seu comando. Somente Celso Furtado, Francisco Weffort, Gilberto Gil, Juca Ferreira e Marta Suplicy permaneceram mais de dois anos a frente da pasta. Ademais, a maioria dos agentes é oriunda do eixo sudeste, o maior centro econômico brasileiro onde estão concentradas os principais polos de produção cultural (mercado, produção de bens, financiamento) e onde se desenvolveu com maior potência no território nacional a indústria cultural televisiva, fonográfica, editorial e publicitária. Os demais atores nasceram em estados do Nordeste, porém a maior parte deles também construíram a maior parte de suas carreiras nas principais capitais da região sudeste - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte - e na cidade de Brasília, capital do país e sede do Congresso Nacional. A exceção é Juca Ferreira que antes de trabalhar no Ministério da Cultura teve extensa trajetória profissional na cidade de Salvador.

Em sua maior parte tais agentes estão associados aos títulos escolares e carreiras liberais, em especial, às tradicionais escolas de direito. Em épocas distintas, seis ex-ministros realizaram a sua formação universitária em direito. Entre os demais, predominam formações nas áreas de ciências humanas (jornalismo, ciências sociais, administração de empresas, sociologia e psicologia), com exceção de Aluísio Pimenta que destoa do grupo e possui formação em química farmacêutica, apesar de ter atuado por muito anos relacionando a química orgânica e biológica com a Filosofia em aulas que ministrou para alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ou seja, também esteve vinculado, mesmo que de maneira marginal, às reflexões desenvolvidas no campo das ciências humanas.

“Ser Ministro da Cultura” está permeado por vínculos cruzados entre variados universos, embora tais jogos de força envolvam, na maior parte das vezes, questões políticas. Essa vinculação direta ou indireta da maior parte dos agentes com o universo político é o aspecto que gostaria de sublinhar neste texto. A análise prévia indica que diferentes caminhos foram percorridos por tais agentes antes de chegarem ao posto de Ministro da Cultura. Nesse itinerários, eles se valeram de seus cacifes de relações sociais, patrimônios pessoais e familiares, qualificações escolares e acesso à posições de liderança e comando anteriores, cujas bases sociais estão localizadas nas tessituras e interstícios que se formam entre os ambientes político, cultural e intelectual.

Em alguns momentos, o cargo de ministro chegou a ser visto, até mesmo, como prêmio de consolação para os aliados políticos aos quais não foi possível oferecer uma oportunidade melhor no âmbito da administração pública federal. De acordo com a imprensa foi o que ocorreu com Marta Suplicy que, em 2012, assumiu o Minc ao ser preterida por Fernando Haddad como representante petista na disputa pelo cargo de prefeito da cidade de São Paulo. Ela teria sido indicada ao cargo em troca de seu apoio e participação na campanha de Haddad, o que foi negado por ambos naquele momento.. Marta se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1981, contribuindo com o partido, por exemplo, na criação e implementação de políticas sociais voltadas para a educação sexual de jovens em escolas do município de São Paulo durante a gestão da então prefeita Luiza Erundina. Formada em Psicologia, Marta trabalhou como professora, terapeuta e apresentadora de programas televisivos antes de enveredar de vez para o mundo político

A partir de 1995, Marta Suplicy começa a assumir diversos cargos legislativos e executivos, entre estes, Deputada Federal (1995-1998), Prefeita da cidade de São Paulo (2001-2004) e Senadora (2011-2019). Também ocupa cargos de confiança em diferentes gestões petistas, o de Ministra do Turismo (2007-2008) durante o governo Lula e o de Ministra da Cultura (2012-2014) no governo de Dilma Roussef. Ao lado de José Aparecido de Oliveira e Roberto Freire, Marta Suplicy compõe o grupo de ministros que se tornaram líderes e políticos profissionais ao longo de suas carreiras, ocupando cargos eletivos (legislativos e executivos) e de nomeação em posições de alto escalão na administração pública, assim como tendo forte atuação na política partidária.

A trajetória de José Aparecido de Oliveira merece ser posta em evidência, por se tratar do principal articulador do processo que desencadeou na criação do Minc. Filiado a União Democrática Nacional (UDN), uma das três siglas de destaque no período 1945-64, ao lado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Tornou-se uma figura importante no interior do partido, assumindo cargos de destaque como a chefia de gabinete do prefeito udenista da cidade de Belo Horizonte entre 1954 e 1959, Celso Mello de Azevedo, a secretária particular do também ex-presidente Jânio Quadros, em 1961, e sendo eleito Deputado Federal por Minas Gerais, em 1962. Teve os seus direitos políticos suspensos e mandato político cassado por determinação do Ato Institucional nº 1 editado pelo novo regime militar, em 1964. Isso o afastou das atividades políticas, o que o levou a assumir cargo no Banco Nacional de Minas Gerais, local em que já tinha trabalhado nos anos 1950. Volta à vida política oficial, em 1983, após o restabelecimento do multipartidarismo, sendo eleito novamente Deputado Federal por Minas Gerais. Oriundo de família tradicional da cidade de Conceição do Mato Dentro no interior de Minas Gerais, seu pai, Modesto Justino de Oliveira, era conhecido pela alcunha de “coronel” na região. Dispunha de forte capital de relações sociais, sendo próximo de importantes políticos da cena nacional, como Jânio Quadros, José de Magalhães Pinto, José Sarney, Tancredo Neves e Itamar Franco e também era amigo de artistas como o cartunista Ziraldo e a atriz Fernanda Montenegro.

O ministério também foi espaço para intelectuais, entre estes, Aluísio Pimenta, Celso Furtado e Francisco Weffort. Suas principais filiações institucionais e cacifes de relações sociais foram cunhadas também a partir de vínculos que estabeleceram na vida universitária. Aluísio Pimenta foi Reitor da UFMG, entre 1964 e 1967, sendo apoiado pelo advogado e político San Tiago Dantas, ex-Ministro da Fazenda do então presidente João Goulart (1961-64). Ambos haviam se conhecido no diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro.

Após a breve passagem de Pimenta no comando da pasta, a organização do ministério ficou a cargo do economista Celso Furtado que, segundo alguns autores, teve uma passagem importante no Minc (ARRUDA, 2003; BOLAÑO, 2015). Seu nome foi amplamente aceito: aprovado pelo então presidente Sarney, por Oliveira (que havia se tornado uma espécie de avalista da pasta) e por diversos artistas e intelectuais, entre estes,

Fernanda Montenegro, Antônio Candido, Oscar Niemeyer, Gilda de Mello e Souza e Chico Buarque que subscreveram um abaixo-assinado em seu favor (SANTOS, 2012). Furtado nasceu na cidade de Pombal, na Paraíba, fazendo parte de uma família abastada da região. Seu pai era membro de uma família de magistrados e seguiu os mesmos caminhos profissionais de seus antecessores, sendo advogado, juiz e desembargador. Já sua mãe era proveniente de uma família de proprietários de terra da região em que Furtado nasceu.

No período em que permaneceu no cargo, entre 1986 e 1988, Furtado definiu um organograma para o ministério e participou ativamente da criação da primeira legislação brasileira de incentivos fiscais à cultura, a chamada Lei Sarney (Lei Federal nº 7505/1986). De acordo com Furtado, a Lei visava o desenvolvimento das comunidades locais e tinha o interesse em democratizar o fazer cultural, visto que, qualquer contribuinte do imposto de renda teria a possibilidade de fomentar a cultura por meio da renúncia fiscal (FURTADO, 2012). Furtado saiu do ministério em agosto de 1988, “desgostoso do rumo dos acontecimentos políticos” (SANTOS, 2012, p.174). Entre as críticas feitas por Furtado, estava a de que existiam opiniões perversas de certos grupos de produtores culturais que estavam mais preocupados com o financiamento de seus projetos privados do que nas dimensões de uma política pública orientada pela liberação das forças criativas da sociedade.

O caso de Weffort é emblemático, pois o cientista político participou do processo de criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, militando e ocupando importantes cargos de gestão no interior da sigla. Contudo, era fortemente ligado ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de quem fora aluno no curso de Ciências Sociais da USP e colega de trabalho em instituições acadêmicas, entre estas, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), criado pelo próprio FHC. Tais vínculos precedentes entre Weffort e FHC explicam, de certa forma, o seu ingresso nos quadros de primeiro escalão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1995, ao qual FHC estava filiado e acabara de ser eleito Presidente da República. PSDB e PT despontavam como principais partidos brasileiros da época, sendo antagônicos no cenário político.

Weffort foi o Ministro da Cultura mais longo, permanecendo 8 anos no cargo. Sua gestão ficou marcada pela defesa do slogan lançada em uma das cartilhas do Minc produzidas na época que defendia que: “a cultura é um bom negócio” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1995). O intuito da cartilha era divulgar um banco de projetos para possíveis empresários que se interessassem em investir no setor cultural. De fato, a sua gestão foi baseada no incentivo ao funcionamento da Lei Rouanet que, criada em 1991, foi “posta para funcionar”, o que pode ser observado no expressivo aumento de projetos culturais incentivados via Lei Rouanet entre 1995 e 2002, período em que Weffort foi ministro.

Muitos ex-ministros também dispunham de patrimônios pessoais e familiares fortemente conectados com a vida política brasileira. Jerônimo Moscardo (ministro em 1993), por exemplo, viu seu pai ser eleito Deputado Federal pelo Ceará entre 1955 e 1960. Da mesma forma, Luiz Roberto Nascimento Filho (ministro entre 1993 e 1994) era de família de políticos. Seu pai, Luís Gonzaga do Nascimento e Silva, foi Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo do general Humberto Castelo Branco (1964-1967), Ministro da Previdência no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e embaixador do Brasil na França no governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985). Já seu avô materno, Manuel Tomás de Carvalho Brito, foi deputado federal, secretário do Interior e de Finanças e senador por Minas Gerais na República Velha.

Semelhantemente, apesar de seu itinerário profissional estar ligado imediatamente à música popular, Gilberto Gil também possui intensa trajetória no campo da política e gestão pública, tendo ocupado os cargos de Presidente da Fundação Gregório de Matos de Salvador (1987-88) e Vereador de Salvador (1989-92), antes de assumir o Ministério da Cultura, em 2003. O artista chegou, até mesmo, a ser cotado para assumir o Ministério do Meio Ambiente durante a gestão de FHC na Presidência da República. Logo em seu discurso de posse na cultura, Gilberto Gil criticou indiretamente a gestão anterior (de Weffort) dizendo que o Minc não poderia ser uma mera instituição de repasse de fundos para grupos específicos, defendendo que a cultura deve ser vista como a usina de símbolos de um povo. Essa ideia ampliada para a noção de cultura se manifestou nos programas ministeriais, por exemplo, o Cultura Viva que no apoio aos chamados pontos de cultura se tornou um dos principais símbolos da gestão de Gil no Ministério. Tais interpretações também foram defendidas por seu sucessor, Juca Ferreira, que ficou a frente do Ministério

entre 2008 e 2010 e depois o reassumiu nos anos de 2015 e 2016. Contraditoriamente, apesar das críticas tecidas por Gil e Juca, a Lei Rouanet seguiu sendo o principal mecanismo de incentivo à cultura durante o governo Lula (2003-2010).

Essa análise prévia demonstra a existência de mediações entre o universo político e o universo cultural que se tornam determinantes no processo de modelagem das políticas culturais oficiais. Para “ser Ministro da Cultura” tem de haver algum tipo de trânsito no universo político. Nesse cenário, o papel do ministro é central, na medida em que é ele que é convidado para dar depoimentos, entrevistas e tomar posições públicas sobre as distintas questões suscitadas a partir do desenvolvimento da política cultural oficial. Nota-se também que a força do ministro se ancora em seu maior ou menor poder de enunciação do que é legítimo ou não nesse universo.

#### **Bibliografia**

- ARRUDA, M. A. N. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. *Tempo Social*, São Paulo, 2003.
- AUGUSTO, S. O papel mais difícil de Fernanda Montenegro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p.29, 07 de maio de 1985.
- BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE. São Paulo, 2001.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BARBALHO, A.A. O Sistema Nacional de Cultura no Governo Dilma: continuidades e avanços. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. 2014.
- \_\_\_\_\_. Em tempos de crise: o MINC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*. 2017.
- BARBALHO A. A.; RUBIM, A.; CALABRE, L. (Orgs.) . *Políticas culturais no governo Dilma*. Coleção Cult. UFBA, 2015.
- BOLAÑO, C. (org). *Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado*. Salvador: Editora da UFBA, 2015.
- CALABRE, L. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, L. (Org.). *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- \_\_\_\_\_. Políticas culturais como campo de estudos: relato de experiências. In: CAMPOS, C.; LEMOS, G.; CALABRE, L. (Org.). *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UERJ Rede Sirius, 2006.
- \_\_\_\_\_. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: III Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007.

- FURTADO, R. F. A (org). Arquivos Celso Furtado nº5: Ensaio sobre a Cultura e o Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 2012.
- GIL, G. Discurso de posse no ministério da cultura. In: Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos Ministros da Cultura 2003-2010. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2013
- MACHADO, M. B. Notas sobre política cultural no Brasil. MICELI, Sergio (Org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.
- MINISTERIO DA CULTURA. Cultura é um bom negócio. Brasília, 1995.
- MICELI, S. (Org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.
- \_\_\_\_\_. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. Tempo Social, São Paulo, 2003.
- ORTIZ, R. Imagens do Brasil. In: Revista Sociedade e Estado. Brasília, 2013.
- QUEIROZ, I. Projeto Cultural: as especificidades do novo gênero do discurso. Dissertação apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com vistas a obtenção do título de mestre em Letras, 2014.
- RIBEIRO, S. B. Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.
- RUBIM, A. A. C.; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (Org.) . Financiamento e fomento à cultura no Brasil. Estados e Distrito Federal. Editora da UFBA, Salvador 2017a.
- \_\_\_\_\_. Financiamento e fomento à cultura nas regiões brasileiras. Editora da UFBA, Salvador, 2017b.
- RUBIM, A. A. Políticas Culturais entre o Possível e o Impossível. O Público e o Privado, 2007
- \_\_\_\_\_. Políticas Culturais do Governo Lula / Gil : Desafios e Enfrentamentos. INTERCOM (São Paulo), 2008
- SANTOS, A. O. A. Celso Furtado, Ministro da Cultura. FURTADO, R. F. A. Arquivos Celso Furtado nº5: Ensaio sobre a Cultura e o Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 2012.
- WACQUANT, L. Lendo o capital de Bourdieu. Educação e linguagem. São Bernardo do Campo - SP, n. 16, p.37-62, 2007.
- DHBB. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Eletrônico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil FGV/CPDOC. Verbetes: José Aparecido de Oliveira, Aluísio Pimenta, Celso Furtado, Ipojuca Pontes, Sérgio Palco Rouanet, Antônio Houaiss, Jerônimo Moscardo, Luiz Roberto Nascimento Silva, Francisco Weffort, João Luís Silva Ferreira, Ana de Hollanda, Marta Suplicy, Marcelo Calero e Roberto Freire.
- ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: : <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>> Acesso em: abril de 2021. Verbetes da Enciclopédia: Gilberto Gil, Ipojuca Pontes, Sérgio Paulo Rouanet, Antônio Houaiss, Ana de Hollanda e Marta Suplicy. Plataforma Lattes do CNPq. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: abril de 2021. Currículo Lattes de: Marcelo Calero Faria Garcia e Francisco Weffort.